

 <p>ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA</p>	<p>PSICO</p> <p>Psico, Porto Alegre, v. 53, n. 1, p. 1-12, jan.-dez. 2022 e-ISSN: 1980-8623 ISSN-L: 0103-5371</p>
<p> http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2022.1.39088</p>	

SEÇÃO: REVISÃO SISTEMÁTICA

Exposição à violência conjugal na infância e perpetuação transgeracional da violência: revisão sistemática

Exposure to marital violence in childhood and transgenerational perpetuation of violence: Systematic review

Exposición a la violencia marital en la infancia y perpetuación transgeneracional de la violencia: Revisión sistemática

Lais Cembrani Mosena¹

orcid.org/0000-0002-5576-410X
laiscmosena@gmail.com

Tatiele Jacques Bossi²

orcid.org/0000-0003-0487-8112
tatielejbossi@gmail.com

Recebido em: 7 set. 2020.

Aprovado em: 12 maio. 2021.

Publicado em: 21 set. 2022.

Resumo: O objetivo deste estudo foi investigar as repercussões da exposição à violência conjugal na infância na perpetuação transgeracional da violência, com base em uma revisão sistemática da literatura. Foram considerados artigos empíricos disponíveis em bases de dados eletrônicas e publicados entre 2009 e 2021. Os estudos selecionados foram analisados qualitativamente, a partir das categorias temáticas: caracterização das amostras; características metodológicas; tipos de violência conjugal que embasam os estudos; e, repercussões da exposição à violência conjugal na infância na perpetuação transgeracional da violência. Compreendeu-se que os modelos aprendidos nas relações vivenciadas na família de origem e a exposição à violência conjugal durante a infância aparecem como fatores relevantes para a manutenção de uma relação conjugal violenta, reforçando a probabilidade de perpetuação transgeracional da violência. Os resultados encontrados demonstram a necessidade de um olhar cuidadoso de profissionais da área da saúde na tentativa de se pensar intervenções para romper o ciclo transgeracional.

Palavras-chave: conflito conjugal, violência na família, família de origem

Abstract: This study aimed to investigate the repercussions of exposure to marital violence in childhood on the transgenerational perpetuation of violence, based on a systematic literature review. Empirical articles were considered, available in electronic databases and published between 2009 and 2021. The selected studies were analyzed qualitatively from the thematic categories: sample characterization; methodological characteristics; types of marital violence that support the researches; and, the repercussions of exposure to marital violence in childhood on the transgenerational perpetuation of violence. It was understood that the models learned in the relationships experienced in the family of origin and the exposure to marital violence during the childhood emerge as relevant factors for maintaining a violent marital relationship, reinforcing the possibility of transgenerational perpetuation of violence. The results found demonstrate the need for a careful look by health professionals in an attempt to think interventions to break the transgenerational cycle.

Keywords: marital conflict, family violence, family of origin

Resumen: Este estudio investigó las repercusiones de la exposición a la violencia marital en la infancia en la perpetuación transgeneracional de la violencia, con base en una revisión sistemática. Fueron considerados artículos publicados entre 2009 y 2021. Los estudios fueron analizados cualitativamente, a partir de las categorías temáticas: caracterización de las muestras; características metodológicas; tipos de violencia marital que sustentan los estudios; y, repercusiones de la exposición a la violencia marital en la infancia en la perpetuación transgeneracional de la violencia. Se ha comprendido que los modelos aprendidos



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Capacitar Centro Educacional, Novo Hamburgo, RS, Brasil.

² Faculdade do CEFI (FACEFI), Porto Alegre, RS, Brasil.

en las relaciones vividas en la familia de origen y la exposición a la violencia marital durante la infancia aparecen como factores relevantes para el mantenimiento de una relación conyugal violenta, reforzando la probabilidad de perpetuación transgeneracional de la violencia. Los resultados encontrados demuestran la necesidad de una mirada cuidadosa de profesionales en el intento de pensar intervenciones para romper el ciclo transgeneracional.

Palabras clave: conflicto marital, violencia doméstica, familia de origen

A violência conjugal é entendida como um problema de saúde pública por gerar consequências diretas no sistema familiar, em especial para mulheres e crianças. Cada vez mais essa temática vem se tornando preocupação entre os profissionais da saúde pelo entendimento de que a família deve ser o principal contexto de proteção e cuidado, e não de danos e violência (Patias et al., 2014). Além disto, se mostra presente em discussões e pesquisas diante da tentativa de prevenção, intervenção e tratamento, abrangendo os campos psicológicos, sociais, econômicos, jurídicos e políticos da sociedade (Zancan & Habigzang, 2018).

A violência conjugal pode ser compreendida como um conjunto de comportamentos agressivos destinados a causar danos à integridade física, mental e moral de uma pessoa. Este tipo de violência, mais especificamente, aparece a partir de uma particularidade, apresentando vínculo ou laço íntimo amoroso entre vítima e agressor, abarcando além deste, a constituição familiar (Paiva, et al., 2017). Deste modo, a violência conjugal é considerada uma forma de violência intrafamiliar, uma vez que diz respeito às relações de afeto estabelecidas entre os envolvidos na situação violenta.

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OPAS & OMS, 2017), aproximadamente uma em cada três mulheres, o que corresponde a cerca de 35% em todo mundo, já sofreram algum tipo de violência física ou sexual por parte de parceiro ou terceiro, em determinado momento de suas vidas. Além deste preocupante indicador, globalmente, aproximadamente 38% dos assassinatos de mulheres são cometidos por parceiro masculino e as taxas de feminicídios apontam que o Brasil

ocupa a 5ª posição no *ranking* entre 83 países.

A violência presente nos lares entrecruza emoções e relações afetivas de maneira cultural e sutil. Durante muito tempo não era considerada como um ato suscetível de punição, e sim como um problema exclusivo do casal. Assim, estruturava-se sob os princípios da invisibilidade e caracterizava-se por agressões que aconteciam na privacidade do lar, sendo considerado de domínio reservado e íntimo do casal diante da lógica de mitos populares como "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher" (Guimarães & Pedroza, 2015). Além disso, pode haver a possibilidade de uma dinâmica de interação entre o casal que alimenta e preserva o vínculo violento. Pode-se citar a naturalização da violência entre cônjuges, por se apresentar de forma rotineira, e a sua banalização, por diversas atitudes, como o amedrontamento por meio do ciúme, que representaria demonstração de amor e cuidado, inocentando atitudes agressivas (Paiva et al., 2017).

A violência de gênero, em suas modalidades doméstica e familiar, tem ocorrência em qualquer âmbito social (Garcia & Silva, 2018), e está pautada em um conjunto de crenças e valores nos diferentes papéis culturais e sociais que se entrelaçam na formação da família. Vale destacar a existência de inúmeros fatores de riscos para que ocorra a violência contra a mulher, que abrangem desde a exposição à violência durante a infância presenciando e testemunhando agressões entre os pais ou sendo vítima diretamente, até os sentimentos que englobam o funcionamento do casal, como a dificuldade na resolução de conflitos e na comunicação. Além destes, fatores culturais que colocam o poder, a força e a necessidade de controle como diretamente ligados à figura masculina, em conjunto com a visão social de o sexo feminino ser visto como frágil e carregado de estereótipos, que acabam por contribuir para que o homem adote papel de dominação nas relações e seja autor de violência (Zancan & Habigzang, 2018).

O fenômeno da violência conjugal exige a necessidade de articulação de diversas áreas do conhecimento a fim de prevenir e tratar os

envolvidos, entre elas as áreas psicoterapêuticas, jurídicas, policiais e de assistência social. Os profissionais de saúde mental aparecem como mediadores e buscam minimizar as dores e danos provenientes de um contexto familiar violento (Guimarães & Pedroza, 2015). Diversas pesquisas relatam que a violência é naturalizada e perpetuada de geração em geração (Falcke et al., 2009; Jucá-Vasconcelos & Féres-Carneiro, 2019; Marasca et al., 2013). Este conceito se refere à transgeracionalidade da violência que envolve um conjunto de heranças deixadas pela família de origem, que vive em contexto de violência, e que contribui para a formação do sujeito (Razera et al., 2014). Desta forma, ter sido exposto à violência conjugal na infância poderia ter repercussões quando adulto, no momento de se estabelecer a relação com o cônjuge, seja no papel de vítima ou de agressor (Jucá-Vasconcelos & Féres-Carneiro, 2019). Estudos demonstram que muitas mulheres acabam assumindo a culpa e se responsabilizando pelas agressões que sofrem (Paiva et al., 2017; Zancan & Habigzang, 2018; Vale & Pimentel, 2017) e que a maior frequência da autoculpabilização acontece naquelas que já presenciaram a violência anteriormente entre seus pais na infância, configurando esta perspectiva transgeracional da violência (Falcke et al., 2009).

A violência psicológica aparece como aliada à violência física e é a mais recorrente, pois traz consequências devastadoras, porém é dificilmente identificada e julgada na prática (Guimarães & Pedroza, 2015). Tratando-se de marcas e danos que a violência conjugal pode apresentar, também se deve considerar a exposição direta e indireta dos filhos que estão inseridos nesse contexto e podem sofrer as consequências desse modelo relacional, com chance de repetição de padrões violentos ou submissão a este comportamento (Liniñana et al., 2018). A partir disso, mostra-se a importância do papel da família de origem nos comportamentos aprendidos e perpetuados através das gerações (Jucá-Vasconcelos & Féres-Carneiro, 2019; Marasca et al., 2013), como agente principal entre a relação de exposição a maus tratos na infância, a desregulação emo-

cional e a vivência da violência conjugal na fase adulta (Zancan & Habigzang, 2018).

Apesar de nem sempre ser apresentado pelo conceito de transgeracionalidade, não é incomum os estudos encontrarem na história de vida de agressores e/ou vítimas da violência conjugal a exposição à mesma na infância ao, por exemplo, presenciar a violência dos próprios pais (Falcke et al., 2009; Paixão et al., 2015; Razera et al., 2014). Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo investigar as repercussões da exposição à violência conjugal na infância na perpetuação transgeracional da violência, considerando tanto o agressor quanto a vítima, com base em uma revisão sistemática da literatura.

Método

A busca dos artigos foi realizada por meio das bases de dados eletrônicas: (a) SciELO (Scientific Electronic Library Online); (b) PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia); (c) MEDLINE (PubMed); e, (d) PsycINFO. Para tal, foram utilizados os seguintes descritores combinados com operadores booleanos (marital violence OR intrafamil* violence OR intimate partner violence) AND (transgenerational aspects OR family of origin), selecionando como período de busca os anos de 2009 a 2021 (até abril de 2021).

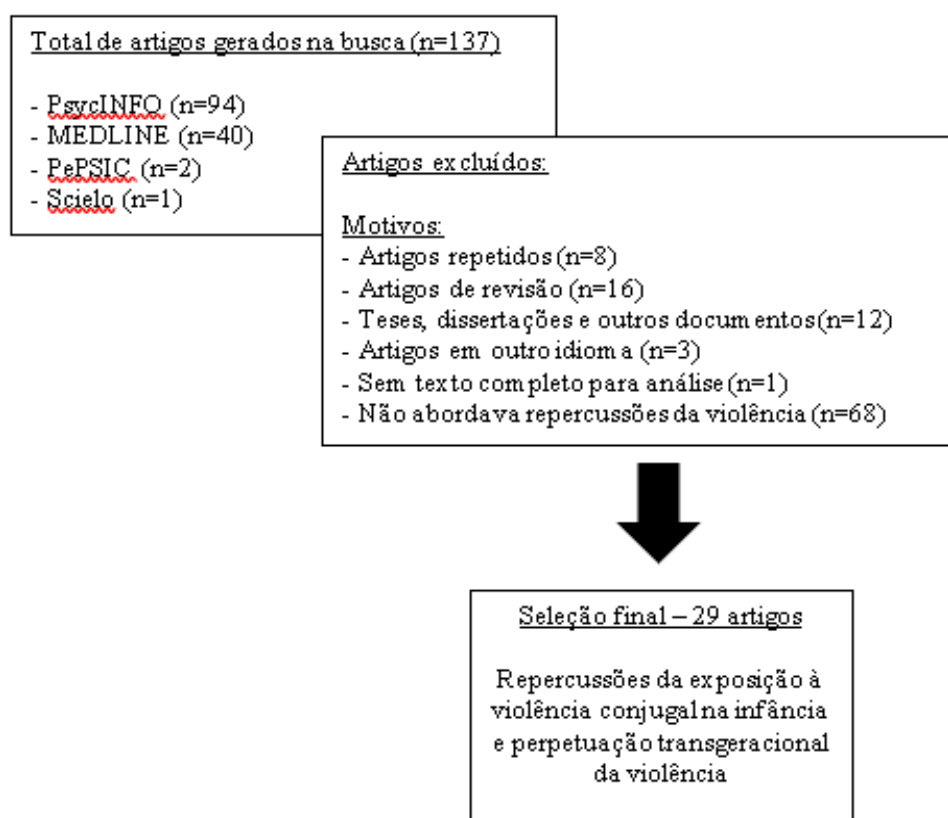
Ao todo, foram encontrados 137 documentos, distribuídos entre as bases de dados, da seguinte forma: um na base SciELO, dois na PePSIC, 40 na Medline (PubMed) e 94 na PsycINFO. Os estudos encontrados foram classificados a partir dos seguintes critérios de inclusão: (a) ser artigo empírico; (b) estar escrito em inglês, português ou espanhol; e, (c) ter como foco principal as repercussões da exposição à violência conjugal na infância na perpetuação transgeracional da violência. Desse modo, foram excluídas aquelas referências repetidas entre as bases de dados (oito artigos), revisões de literatura (16 artigos), teses, dissertações e outros tipos de trabalhos que não eram artigos empíricos (12 documentos), e artigos escritos em outros idiomas que não os destacados acima (três artigos). Além disso, foi excluído um artigo por não disponibilidade

do texto completo para análise. Por fim, foram excluídos os artigos que não abordavam as repercussões da exposição à violência conjugal na infância na perpetuação transgeracional da violência (68 artigos).

Ao final, foram considerados 29 artigos para

o presente estudo. Todas as etapas de coleta e análise dos dados foram realizadas por duas pesquisadoras de modo independente. Em caso de divergências buscou-se o consenso. A Figura 1 apresenta o fluxo de seleção dos artigos, a partir dos critérios de inclusão e exclusão.

Figura 1. Diagrama do fluxo de seleção dos artigos.



Resultados

Os artigos foram analisados qualitativamente, por meio de análise temática dedutiva (Braun & Clarke, 2006) e classificados em quatro grandes temas, definidos *a priori*, a saber: (a) caracterização das amostras; (b) características metodológicas; (c) tipos de violência conjugal que embasam os estudos; e, (d) repercussões da exposição à violência conjugal na infância na perpetuação transgeracional da violência. A seguir, cada categoria será destacada e ilustrada a partir dos dados disponíveis nos artigos considerados neste estudo.

Caracterização das amostras

Nesta categoria foram descritas as características dos participantes das pesquisas realizadas. Em muitos estudos a amostra constitui-se de casais que responderam sobre a ocorrência/exposição ou não de violência conjugal (Arbel et al., 2016; Colossi et al., 2015; Fritz et al., 2012; Halford et al., 2010; Hou et al., 2016; Madalena et al., 2018; Sant'Anna & Penso, 2017; Witting & Busby, 2018). Cabe ressaltar que dos artigos que utilizaram como participantes pessoas em relacionamento afetivo, apenas um estudo considerou em sua amostra os casais, bem como os filhos (Arbel et al., 2016). Já em outros seis

estudos foram considerados como participantes de pesquisa apenas mulheres, vítimas ou não de violência conjugal (Alexander, 2009; Eriksson & Mazerolle, 2015; Jaoko, 2010; Kerley et al., 2010; Ludermir et al., 2017; Rivas et al., 2018). Em sete estudos, apenas as respostas dos homens foram consideradas, tratando-se de companheiros agressores (Edwards et al., 2014; Elmquist et al., 2016; Eriksson & Mazerolle, 2015; Mancera et al., 2018; Padovani & Williams, 2011; Teva et al., 2020; Wareham et al., 2009). Por exemplo, o estudo de Elmquist et al. (2016) com o intuito de analisar se a hostilidade medeia a perpetuação da violência na família de origem e da violência por parceiro íntimo, teve como participantes 301 homens infratores, presos por violência conjugal.

Além disso, um artigo considerou como participantes os adolescentes e seus responsáveis (Copp et al., 2019) e quatro artigos consideraram o ambiente acadêmico para seus estudos e entrevistaram universitários (Edwards et al., 2014; Kim et al., 2014; Haj-Yahia et al., 2019; Sutton et al., 2014). Por fim, o restante dos estudos considerou o relato de homens e mulheres, independentemente de formarem pares (Franklin & Kercher, 2012; Franklin et al., 2012; Kim et al., 2014; Oliveros & Coleman, 2019; Rada, 2014; Sutton et al., 2014). Cabe ressaltar que os estudos apresentaram a violência conjugal em diversos países, considerando o contexto mundial. A maior parte mostrou a realidade dos participantes com nacionalidade norte-americana e brasileira. Dentre outros locais, apareceram estudos da Romênia, Nicarágua, Coréia do Sul, Austrália, Tailândia, Israel, Quênia e Espanha.

Características metodológicas

Nesta categoria são descritas, de forma breve, as características metodológicas dos estudos. Em relação ao delineamento, dos 29 estudos analisados, verificou-se que a maioria privilegiou o método quantitativo. Apenas dois artigos utilizaram-se de método qualitativo (Mancera et al., 2018; Sant'Anna & Penso, 2017). Com relação à coleta de informações, em sua maioria, os estudos coletaram dados em apenas um mo-

mento específico do tempo, o que caracteriza o delineamento transversal. Apenas um artigo se utilizou de dados coletados em diferentes momentos ao longo do tempo, o que o caracteriza o delineamento longitudinal (Halford et al., 2010).

Tratando-se da coleta de dados e informações, a maioria dos estudos utilizou instrumentos e testes padronizados, mas também entrevistas, questionários, observação e autorrelato. O instrumento mais utilizado, em 19 dos 29 estudos, foi o Revised Conflict Tactics Scale – CTS2 (Alexander, 2009; Colossi et al., 2015; Copp et al., 2019; Edwards et al., 2014; Elmquist et al., 2016; Franklin et al., 2012; Franklin & Kercher, 2012; Franklin & Menaker, 2014; Fritz et al., 2012; Haj-Yahia et al., 2019; Hou et al., 2016; Kerley et al., 2010; Kim et al., 2014; Madalena et al., 2018; Oliveros & Coleman, 2019; Wareham, et al., 2009) ou a primeira versão do instrumento – CTS (Halford et al., 2010; Sutton et al., 2014; Witting & Busby, 2018), para identificar a frequência, a gravidade e a exposição à violência conjugal. Além desse, foi utilizado por quatro estudos o instrumento Conflict Tactics Scale – Parent Child – CTSPC, para medir modos de disciplina e tratamento psicológico e físico de pais para filhos, a fim de investigar a exposição à violência conjugal dos pais (Elmquist et al., 2016; Halford et al., 2010; Kim et al., 2014; Oliveros & Coleman, 2019).

Ademais, dois estudos utilizaram o instrumento CTS2 juntamente com o Family Background Questionnaire em homens e mulheres (Colossi et al., 2015; Madalena et al., 2018) no intuito de coletar informações a respeito da família do sujeito entrevistado. Em outros dois (Eriksson & Mazerolle, 2015; Fritz et al., 2012) foi utilizado o Family of Origin Aggression Scale a fim de descobrir o grau de exposição à violência entre pais e de pais para filhos, durante a infância.

Já o estudo de Arbel et al. (2016) utilizou-se de um método laboratorial que coletou amostra salivar para medição dos níveis de cortisol dos integrantes da família frente a discussões e situações de estresse. Cabe ressaltar ainda que um dos estudos utilizou o Maudsley Violence Questionnaire (Rada, 2014) para medir as regras

e as crenças associadas à violência. Já outro, utilizou List of Stressful Vital Events – L-SVE (Rivas et al., 2018) para listar itens vivenciados pelos participantes relacionados à exposição, ao testemunho ou ao sofrimento de violência na família de origem. Ainda, um estudo (Sant’Anna & Penso, 2017) utilizou um Genograma para representar as características dos membros da família em um estudo de caso.

Cabe destacar que em um estudo utilizou-se os instrumentos The Childhood Sexual Victimization Questionnaire, The Early Trauma Inventory Self Report-Short Form, Inventory of Interpersonal Problems Short Circumplex Form, juntamente com o CTS2 (Edwards et al., 2014) para investigar a exposição à violência na infância, relacionado com comportamentos hostis quando adultos. Ainda, para investigar as experiências dissociativas na infância, um estudo utilizou os instrumentos Adult Attachment Interview e Dissociative Experiences Scale – Taxon – DES-T (Alexander, 2009), e para medir as práticas dos pais dos entrevistados, um estudo utilizou o instrumento Inventário de Estilos Parentais (Padovani & Williams, 2011). Já para avaliar as crenças aprendidas na família de origem na tentativa de justificativa das agressões, o estudo de Eriksson e Mazerolle (2015) utilizou o Inventory of Beliefs about Wife Beating – IBWB em homens agressores. Ainda, um estudo aplicou um questionário elaborado para a própria pesquisa, a fim de investigar a violência por parceiro íntimo e as características sociodemográficas dos participantes (Teva et al., 2020).

Sobre a forma de examinar os dados, os estudos realizaram análises estatísticas descritivas para caracterizar o perfil das amostras por meio de dados sociodemográficos. Além disso, diversas análises estatísticas inferenciais foram utilizadas, tais como regressão logística, regressão linear, regressão hierárquica, análise de regressão *stepwise*, modelo linear hierárquico, correlações bivariadas, teste qui-quadrado, teste de correlação de Pearson, modelo de regressão binomial negativo, análise de variância multivariada – MANOVA, modelo de equação estrutural e teste t de *student*. Já os estudos qualitativos

analisaram os resultados por meio de temas que emergiram dos dados (Mancera et al., 2018) e por meio da epistemologia construtivo-interpretativa (Sant’Anna & Penso, 2017).

Tipos de violência conjugal que embasam os estudos

Nesta categoria foram descritos, de forma breve, os tipos de violência conjugal que embasam os estudos. Constatou-se que a maior parte dos estudos considerou seu embasamento em três tipos de violência conjugal: agressão física, psicológica e sexual (Edwards et al., 2014; Elmquist et al., 2016; Franklin & Kercher, 2012; Franklin & Menaker, 2014; Hou et al., 2016; Jaoko, 2010; Kerley et al., 2010; Ludermir et al., 2017; Madalena et al., 2018; Mancera et al., 2018; Rivas et al., 2018; Teva et al., 2020; Wareham et al., 2009). Treze estudos consideraram os tipos violência física e psicológica (Alexander, 2009; Arbel et al., 2016; Copp et al., 2019; Franklin et al., 2012; Franklin & Kercher, 2012; Haj-Yahia et al., 2019; Halford et al., 2010; Kerley et al., 2010; Oliveros & Coleman, 2019; Padovani & Williams, 2011; Sant’Anna & Penso, 2017; Sutton et al., 2014; Witting & Busby, 2018). Além disso, cinco estudos consideraram apenas a violência física (Eriksson & Mazerolle, 2015; Fritz et al., 2012; Madalena et al., 2018; Wareham et al., 2009; Witting & Busby, 2018). Ainda, outros estudos consideraram: violência física e sexual (Elmquist et al., 2016); física, psicológica, sexual e patrimonial (Rada, 2014); física, psicológica e patrimonial (Kim et al., 2014); e, agressão psicológica, violência física, lesão corporal e coerção sexual (Colossi et al., 2015).

Vale ressaltar que a maioria dos artigos considerava dar um empurrão, jogar algo ou agarrar o braço e/ou cabelo da vítima como manifestações de agressão física, além de atos de violência mais severos, tais como desferir um tapa ou um soco, chutar, espancar e o uso de arma de fogo. Considerando o CTS2, instrumento mais utilizado na coleta de dados dos estudos analisados, as referidas expressões se diferenciam em violência física grave e menor. Quanto à violência psicológica, a maioria dos estudos considerou como uso

de ameaça, privação e controle, além da prática de gritos, insultos, xingamentos, ser verbalmente desrespeitoso, criticar e atacar frequentemente o cônjuge e a prática de atitudes para demonstrar quem era o chefe da casa e decidir por suas esposas. Dos estudos que abordaram a violência patrimonial, ficaram evidentes atitudes como destruir ou reter objetos, além de privar o cônjuge do acesso aos seus bens. E, por fim, a prática da violência sexual, segundo os estudos que a abordaram, se refere à coerção e à obrigação da parceira em praticar o ato sexual, mesmo sem o devido desejo e consentimento.

Repercussões da exposição à violência conjugal na infância na perpetuação transgeracional da violência

Nesta categoria foram investigadas as repercussões da exposição à violência conjugal na infância na perpetuação transgeracional da violência, a partir dos resultados e das discussões dos artigos. A maior parte dos estudos destacou a exposição à violência conjugal na infância na família de origem como fator que contribui de modo relevante para a perpetuação da violência por parceiro íntimo na idade adulta.

Alguns dos artigos que utilizaram amostra de mulheres, mostraram que a violência nas relações conjugais é mais frequente em vítimas que testemunharam a mãe sofrendo violência durante a infância, tratando-se de um padrão de continuidade (Alexander, 2009; Franklin et al., 2012; Franklin & Menaker, 2014; Kim et al., 2014; Ludermir et al., 2017; Rivas et al., 2018; Sant'Anna & Penso, 2017). O estudo de Franklin e Menaker (2014), que teve como participantes 303 mulheres, mostrou que as experiências de violências vividas direta ou indiretamente na infância, na família de origem, aumentaram as chances de vitimização da violência por parceiro íntimo quando adulto em 2,69 vezes. Já o estudo de Franklin e Kercher (2012) que teve como amostra 502 pessoas, afirmou que testemunhar a violência entre os pais, na infância, aumenta a chance de perpetuação de formas de violência, quando adultos, em 1,86 vezes, quando comparado àqueles que não

testemunharam.

Em se tratando dos estudos que consideraram em sua amostra homens (Edwards et al., 2014; Eriksson & Mazerolle, 2015; Mancera et al., 2018; Padovani & Williams, 2011; Sant'Anna & Penso, 2017), os artigos indicam que as memórias de infância, a educação familiar, a observação das relações entre os pais e testemunhar a violência na infância aumentam o risco de perpetuação de violência conjugal na vida adulta. Nesse sentido, vale ressaltar que dois estudos (Madalena et al., 2018; Rada, 2014) mostraram que as experiências negativas na família de origem tendem a impactar mais os homens, do que as mulheres, para se tornarem agressores. Inclusive, um estudo (Oliveros & Coleman, 2019) mostrou que a violência perpetrada pela mãe contra o pai tende a impactar tanto os filhos quanto as filhas. Mas o pai ser agressor afetou de forma mais sensível os filhos do sexo masculino no que se refere à transmissão transgeracional da violência.

Por fim, quatro estudos encontraram resultados divergentes no que se refere à vivência da violência conjugal de forma direta ou indiretamente e suas repercussões quando adulto (Elmqvist et al., 2016; Haj-Yahia et al., 2019; Teva et al., 2020; Wareham et al., 2009). Esses estudos compararam o testemunho dos filhos que presenciaram atos de violência interparental, com a vivência direta de agressão e abuso dos pais para com os filhos, com o objetivo de identificar qual fator se mostraria mais significativo na perpetuação de violência física e psicológica. Assim, foi possível afirmar que a maior associação significativa apareceu nos filhos que foram abusados e violentados pelos pais (vítimas diretas da violência), fato este que contribuiu para que essas pessoas apresentassem mais chances de se tornarem agressores ou vítimas nas suas relações afetivas quando adultos. Inclusive o estudo de Teva et al. (2020) constatou que os homens que cometiam violência contra suas parceiras apresentavam maior probabilidade de terem sido vítimas diretas da violência durante a infância (foram agredidos ou negligenciados, principalmente, pelo genitor do sexo masculino); mas também se constatou que esses mesmos

agressores foram mais expostos à violência de forma indireta, ao presenciar a agressão contra suas mães ou irmãos.

É importante salientar que todos os artigos selecionados apresentaram o testemunho de violência conjugal na família de origem durante a infância e sua repetição na vida adulta. Com isso também destacaram os mais diversos tipos de danos e repercussões negativas em quem sofre a violência e em quem a presencia. Os estudos apontaram problemas de desregulação emocional, problemas de desenvolvimento, crenças distorcidas, depressão, baixa autoestima, insegurança, ansiedade, tentativas de suicídio, entre outros. Tratando-se dos danos sociais, as pesquisas mostraram os impactos negativos no que se refere a gastos no sistema de saúde devido aos tratamentos médicos e psicológicos a longo prazo, além de gastos no sistema legal e interferência na produtividade no trabalho.

Discussão

Nos artigos selecionados para este estudo os autores investigaram os tipos de violência conjugal praticados e suas repercussões com o objetivo de relacionar se o fato de alguém ter testemunhado as agressões entre seus pais durante a infância poderia contribuir, como um fator de risco, para que tal prática se repetisse em relacionamentos na idade adulta. O que pôde ser constatado foi que os estudos analisados tendem a confirmar essa expectativa.

Pode-se considerar a violência conjugal sob o olhar da teoria sistêmica, em que é possível perceber a vivência e a experiência de agressões através da família de origem do indivíduo (Jucá-Vasconcelos & Féres-Carneiro, 2019; Razera et al., 2014). No estudo de Sant'Anna e Penso (2018) fica clara essa relação ao justificar que os atos violentos presentes constantemente no relacionamento de casais são influenciados diretamente pelo contexto familiar e pelo lar agressivo dos envolvidos em uma relação. Através dessa perspectiva, compreende-se o sistema familiar tendo o conhecimento do todo, permitindo, assim, sua análise. A compreensão sistêmica aponta, ainda,

a naturalização da violência como um modelo familiar aprendido na família de origem.

Os estudos tendem a revelar que as relações familiares, as crenças e os padrões agressivos aprendidos durante a infância, além da forma de resolver os conflitos são observados, vivenciados e têm grandes chances de ser reproduzidos tanto pelos homens, como pelas mulheres em suas relações futuras. Percebe-se a importância do papel da família como principal agente do desenvolvimento de um indivíduo, nos comportamentos aprendidos e perpetuados através das gerações (Zancan & Habigzang, 2018).

A violência conjugal deve ser entendida por diversos agentes geradores e múltiplos fatores. Nos relacionados à família, destacam-se a história de vida, o desenvolvimento individual e a subjetivação dos cônjuges frente às situações de violência vivenciadas em suas famílias de origem. Nesse sentido, pode-se entender a conexão entre o conceito de transgeracionalidade apresentado pelos autores e apontado nos artigos analisados neste estudo (Falcke et al., 2009; Marasca et al., 2013; Razera et al., 2014; Sant'Anna & Penso, 2018).

É importante ressaltar que a grande maioria dos estudos analisados consideraram casais, examinando tanto o relato das vítimas, quanto dos agressores, visto que a violência tende a influenciar e afetar todos os membros da família. Tal fato tem importância, em virtude de que é possível perceber padrões e modelos que se originaram de suas famílias de origem e repercutiram para suas relações afetivas quando adultos, perpetuando a violência através das gerações (Jucá-Vasconcelos & Féres-Carneiro, 2019; Marasca et al., 2013).

Sabe-se que investigar essa repetição para o homem agressor tem valor primordial para que se possa identificar a origem do comportamento agressivo e através de atividades de reeducação, reparação e acompanhamento com o sujeito, proporcionar maior percepção de suas atitudes e ações. Isso porque, por trás dessa conduta, existe uma crença que naturaliza os atos de violência como forma de se alcançar o que deseja e de se comunicar. A atenção dada ao homem

agressor, a partir dos estudos analisados, tem como intenção induzir à autorreflexão, para que seja possível romper com os comportamentos negativos, visando uma autotransformação positiva. Tais avanços levam a mudanças de atitude nas relações afetivas com suas mulheres e filhos, já que, frequentemente, a agressividade é vista como algo natural no contexto que o sujeito se encontra, desde sua infância (Jucá-Vasconcelos & Féres-Carneiro, 2019; Paiva et al., 2017).

Para a mulher vítima, mesmo que os estudos mostrem que há a percepção de que violência e agressão são formas contestáveis de se relacionar, percebe-se que existe a aceitação e a submissão a atitudes violentas de seu parceiro, mais uma vez corroborada pela naturalização do fenômeno (Zancan & Habigzang, 2018; Vale & Pimentel, 2017). Os estudos reforçam que as mulheres vítimas de violência conjugal tendem a espelhar-se em suas próprias mães, que também não sabiam lidar com a realidade que se encontravam. Por isso, acabam habituando-se com as agressões, mantendo rígidas crenças sobre estruturação familiar.

Frente a isso, é importante destacar que as mulheres que passam a assumir a culpa e se autorresponsabilizar pelas agressões que sofrem são, em sua maioria, aquelas que já haviam presenciado violência anteriormente entre seus pais (Falcke et al., 2009). Por isso, investigar a relação do testemunho de violência conjugal durante a infância permite que as vítimas de violência, quando adultas, possam perceber quais são seus padrões de repetição e enxergar quais as origens desses comportamentos, fazendo com que, assim, possa se romper um ciclo de sofrimento e decorrências futuras.

Tratando-se dos tipos da violência conjugal investigados, foi possível perceber que frequentemente o foco principal dos estudos é a violência física. Cabe destacar que, de modo geral, são salientadas as consequências que essa forma de agressão gera para o sujeito que vive nesse contexto diariamente, porém, por vezes, esquece-se de que a violência psicológica aparece aliada à violência física (Colossi & Falcke, 2013).

Por se tratar de uma expressão de violência de difícil reconhecimento tende-se à subnotificação dos casos, o que faz com que a vítima prolongue o tempo de violência e aceite diversas situações, sem perceber que agressão verbal, humilhações e ameaças também são formas da violência conjugal se manifestar (Guimarães & Pedroza, 2015).

Os danos que a violência conjugal gera aos envolvidos reflete em diversas decorrências a curto, médio e longo prazo para todos os membros da família. No que tange às repercussões da exposição à violência na infância, sobre características emocionais quando adulto, é possível destacar que existem danos emocionais e psicológicos que o indivíduo poderá carregar ao longo da vida – por testemunhar frequentemente agressões entre pai e mãe –, além do fato de crescer em um ambiente hostil, de intenso descontrole, ao invés de lhe proporcionar acolhimento e proteção. Inclusive, afeta o desenvolvimento e a saúde mental dos filhos nesse contexto, que quando adultos, poderão reproduzir tais atos, visto que se aprende e se naturaliza a violência como resposta e reforço para diversas situações durante a vida (Liniñana et al., 2018; Zancan & Habigzang, 2018).

Por fim, cabe destacar algumas limitações do presente estudo. Por exemplo, os descritores utilizados na coleta de dados podem não ter captado de forma expressiva os estudos sobre violência conjugal e, mais especificamente, sobre as repercussões da exposição à essa violência na infância. Isso pode ser explicado pelo fato de que a violência conjugal ainda tem sido investigada focando-se no casal propriamente dito e nas consequências da violência a curto prazo (agressor e vítima direta), e investigar as repercussões da exposição (vítima indireta) na perpetuação transgeracional da violência implica em considerar as consequências no longo prazo. Sugere-se, para estudos futuros, que sejam ampliados os descritores, de forma que torne as estratégias de busca mais refinadas. Também, recomenda-se a realização de estudos longitudinais para contemplar os sujeitos em intervalos distintos, a fim de se investigar as repercussões da exposição à violência conjugal ao longo do

processo de desenvolvimento. Do mesmo modo, mais estudos de abordagem qualitativa precisam ser realizados, a fim de se investigar, através da análise aprofundada de poucos casos, esse fenômeno em estudo.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo investigar as repercussões da exposição à violência conjugal na infância na perpetuação transgeracional da violência e pôde responder, aprofundar e compreender essa temática a partir da revisão sistemática realizada. Frente a isso, vale destacar que a psicologia tem muito a contribuir com o assunto, visto a necessidade e a importância de acompanhar e amparar todos os envolvidos em um contexto familiar violento, sejam eles agressores ou vítimas diretas e indiretas da violência conjugal. O processo terapêutico permite um local de escuta seguro para que se realize a elaboração de histórias de vida do sujeito, promoção de caminhos para romper com padrões e crenças, além de promover o fortalecimento da autonomia e dar suporte às vítimas e agressores. Ademais, a psicologia permite que se pense em uma rede de apoio e proteção, promovendo a dignidade e integridade do ser humano. Da mesma maneira, torna-se importante investigar as consequências da exposição à violência conjugal em outras áreas e aspectos da vida dos indivíduos nessas circunstâncias.

Cabe destacar ainda que, embora os estudos refiram maciçamente a violência do homem contra a mulher, a partir das experiências da mulher-vítima, existem estudos que referem o homem como vítima. Esses dados também precisam ser contemplados quando se fala de violência conjugal perpetuada. Ademais, ficou evidenciada a necessidade de um olhar atento dos profissionais da área da saúde frente às experiências de violência na infância, tratando-se de testemunhar ou crescer dentro de um lar violento.

Trabalhar na prevenção aparece também como uma forma valiosa de combater à violência conjugal, visto que histórica e culturalmente existe uma banalização, em relação às mulheres e

crianças vítimas dessa. A discussão e o debate sobre a temática, somada as suas consequências e repercussões, contribui para que a sociedade passe a enxergar, falar e pensar sobre, a fim de romper, além de tudo, a naturalização de tais práticas violentas no contexto familiar. Junto a isso, faz-se necessário um trabalho adjacente às diversas áreas de conhecimento a fim de promover a conscientização referente à cultura machista e patriarcal milenar e ainda presente na sociedade, visto que a agressão é uma forma de manifestação e manutenção de um poder do homem sobre as mulheres que são agredidas.

Referências

- Alexander, P. C. (2009). Childhood trauma, attachment, and abuse by multiple partners. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 1(1), 78-88. <https://doi.org/10.1037/a0015254>
- Arbel, R., Rodriguez, A. J., & Margolin G. (2016). Cortisol reactions during family conflict discussions: influences of wives' and husbands' exposure to family-of-origin aggression. *Psychology of Violence*, 6(4), 519-528. <https://doi.org/10.1037/a0039715>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Colossi, P. M., & Falcke, D. (2013). Gritos do silêncio: a violência psicológica no casal. *Psico*, 44(3), 310-318. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11032>
- Colossi, P. M., Marasca, A. R., & Falcke, D. (2015). De geração em geração: a violência conjugal e as experiências na família de origem. *Psico*, 46(4), 493-502. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2015.4.20979>
- Copp, J. E., Giordano, P. C., Longmore, M. A., & Manning, W. D. (2019). The development of attitudes toward intimate partner violence: an examination of key correlates among a sample of young adults. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(7), 1357-1387. <https://doi.org/10.1177/0886260516651311>
- Edwards, K. M., Dixon, K. J., Gidycz, C. A., & Desai, A. D. (2014). Family-of-origin violence and college men's reports of intimate partner violence perpetration in adolescence and young adulthood: the role of maladaptive interpersonal patterns. *Psychology of Men & Masculinity*, 15(2), 234-240. <https://doi.org/10.1037/a0033031>
- Elmqvist, J., Shorey, R. C., Labrecque, L., Ninnemann, A., Zapor, H., Febres, J., Wolford-Clevenger, C., Plascencia, M., Temple, J. R., & Stuart, G. L. (2016). The relationship between family-of-origin violence, hostility, and intimate partner violence in men arrested for domestic violence: testing a mediational model. *Violence Against Women*, 22(10), 1243-1258. <https://doi.org/10.1177/1077801215621177>

Eriksson, L., & Mazerolle, P. (2015). A cycle of violence? Examining family-of-origin violence, attitudes, and intimate partner violence perpetration. *Journal of Interpersonal Violence, 30*(6), 945–964. <https://doi.org/10.1177/0886260514539759>

Falcke, D., Oliveira, D. Z., Rosa, L. W., & Bentancur, M. (2009). Violência conjugal: um fenômeno interacional. *Contextos Clínicos, 2*(2), 81–90. http://pep-sic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822009000200002

Franklin, C. A., & Kercher, G. A. (2012). The intergenerational transmission of intimate partner violence: differentiating correlates in a random community sample. *Journal of Family Violence, 27*(3), 187–199. <https://doi.org/10.1007/s10896-012-9419-3>

Franklin, C. A., & Menaker, T. A. (2014). Feminism, status inconsistency, and women's intimate partner victimization in heterosexual relationships. *Violence Against Women, 20*(7), 825–845. <https://doi.org/10.1177/1077801214543385>

Franklin, C. A., Menaker, T. A., & Kercher, G. A. (2012). Risk and resiliency factors that mediate the effect of family-of-origin violence on adult intimate partner victimization and perpetration. *Victims & Offenders: An International Journal of Evidence-based Research, Policy, and Practice, 7*(2), 121–142. <https://doi.org/10.1080/15564886.2012.657288>

Fritz, P. A. T., Slep, M. A. S., & O'Leary, K. D. (2012). Couple-level analysis of the relation between family-of-origin aggression and intimate partner violence. *Psychology of Violence, 2*(2), 139–153. <https://doi.org/10.1037/a0027370>

Jaoko, J. (2010). Correlates of wife abuse in the Maseno and Nairobi areas of Kenya. *International Social Work, 53*(1), 9–18. <https://doi.org/10.1177/0020872809348864>

Jucá-Vasconcelos, H. P. & Féres-Carneiro, T. (2019). Transmissão psíquica geracional: um estudo sobre violência conjugal contra mulheres. *Psicologia – Saberes e Questões, 1*(1), 1–13. <http://revistas.icesp.br/index.php/Psicologia-saberes-e-questoes/article/view/400>

Garcia, L. P., & Silva, G. D. M. (2018). Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros, 2014. *Cadernos de Saúde Pública, 34*(4):e00062317. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00062317>

Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade, 27*(2), 256–266. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>

Haj-Yahia, M. M., Souza, C. A., & Lugassi, R. (2019). The relationship between exposure to violence in the family of origin during childhood, psychological distress, and perpetrating violence in intimate relationships among male university students. *Journal of Interpersonal Violence, 00*(0), 1–26. <https://doi.org/10.1177/0886260519843280>

Halford, W. K., Farrugia, C., Lizzio, A., & Wilson, K. (2010). Relationship aggression, violence and self-regulation in Australian newlywed couples. *Australian Journal of Psychology, 62*(2), 82–92. <https://doi.org/10.1080/>

[0004953090280416](https://doi.org/10.1080/0004953090280416)

Hou, J., Yu, L., Fang, X., & Epstein, N. B. (2016). The intergenerational transmission of domestic violence: the role that gender plays in attribution and consequent intimate partner violence. *Journal of Family Studies, 22*(2), 121–139. <https://doi.org/10.1080/13229400.2015.1045923>

Kerley, K. R., Xu, X., Sirisunyaluck, B., & Alley, J. M. (2010). Exposure to family violence in childhood and intimate partner perpetration or victimization in adulthood: exploring intergenerational transmission in Urban Thailand. *Journal of Family Violence, 25*(3), 337–347. <https://doi.org/10.1007/s10896-009-9295-7>

Kim, J. Y., Kim, H. J., Choi, J. W., & Emery, C. (2014). Family violence and dating violence in Korea. *Journal of Family Violence, 29*(1), 23–33. <https://doi.org/10.1007/s10896-013-9556-3>

Liniñana, A. R., Martínez, R. S., & Pérez, M. A. M. (2018). Problemas de conducta infantil y competencias parentales em madres em contextos de violencia de género. *Gaceta Sanitaria, 32*(1), 35–40. <https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2017.02.004>

Ludermir, A. B., Araújo, T. V. B., Valongueiro, S. A., Muniz, M. L. C., & Silva, E. P. (2017). Previous experience of family violence and intimate partner violence in pregnancy. *Revista de Saúde Pública, 51*(85), 1–12. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2017051006700>

Madalena, M., Carvalho, L. F., & Falcke, D. (2018). Violência conjugal: o poder preditivo das experiências na família de origem e das características patológicas da personalidade. *Trends in Psychology, 2*(1), 75–91. <https://doi.org/10.9788/tp2018.1-04pt>

Mancera, B. M., Mungal, A. S., De Santis, J., & Provencio-Vasquez, E. (2018). Reflections of men of Mexican origin: a grounded theory study of intimate partner violence risk factors. *American Journal of Men's Health, 12*(5), 1784–1798. <https://doi.org/10.1177/1557988318787617>

Marasca, A. R., Colossi, P. M., & Falcke, D. (2013). Violência conjugal e família de origem: uma revisão sistemática da literatura de 2006 a 2011. *Temas em Psicologia, 21*(1), 221–243. <https://doi.org/10.9788/TP2013.1-16>

Oliveros, A. D., & Coleman, A. S. (2019). Does emotion regulation mediate the relation between Family-of-origin violence and intimate partner violence? *Journal of Interpersonal Violence, 00*(0), 1–20. <https://doi.org/10.1177/0886260519867146>

Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, & Organização Mundial da Saúde – OMS (2017). *Folha informativa – violência contra as mulheres*. https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820

Padovani, R. C., & Williams, L. C. A. (2011). Estilo parental de origem e ansiedade em homens com histórico de agressão à parceira. *Estudos de Psicologia, 16*(3), 263–269. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300008>

Paiva, T. T., Pimentel, C. E., & Moura, G. B. (2017). Violência conjugal e suas relações com autoestima, personalidade e satisfação com a vida. *Gerias: Revista Interinstitu-*

cional de Psicologia, 10(2), 215-227. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202017000200007

Paixão, G., Gomes, N., Diniz, N., Lira, M., Carvalho, M., & Silva, R. (2015). Mulheres vivenciando a intergeracionalidade da violência conjugal. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 23(5), 874-879. <https://doi.org/10.1590/0104-1169.0010.2626>

Patias, N. D., Bossi, T. J., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Repercussões da exposição à violência conjugal nas características emocionais dos filhos: revisão sistemática da literatura. *Temas em Psicologia*, 22(4), 901-915. <https://doi.org/10.9788/TP2014.4-17>

Rada, C. (2014). Violence against women by male partners and against children within the family: prevalence, associated factors, and intergenerational transmission in Romania, a cross-sectional study. *BMC Public Health*, 14(129), 1-15. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-14-129>

Razera, J., Bosetto, C. M., & Falcke, D. (2014). Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 47-51. <https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v6n1p47-51>

Rivas, E., Bonilla, E., & Vázquez, J. J. (2018). Consequences of the exposure to abuse in the family of origin among victims of intimate partner violence in Nicaragua. *American Journal of Orthopsychiatry*, 90(1), 1-8. <https://doi.org/10.1037/ort0000374>

Sant'Anna, T. C., & Penso, M. A. (2017). A transmissão geracional da violência na relação conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-11. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e33427>

Sutton, T. E., Simons, L. G., Wickrama, K. A. S., & Futris, T. (2014). The intergenerational transmission of violence: examining the mediating roles of insecure attachment and destructive disagreement beliefs. *Violence and Victims*, 29(4), 670-687. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-13-00007>

Teva, I; Hidalgo-Ruzzante, N., Pérez-García, M., & Bueso-Izquierdo, N. (2020). Characteristics of childhood family violence experiences in Spanish batterers. *Journal of Interpersonal Violence*, 00(0), 1-24. <https://doi.org/10.1177/0886260519898436>

Vale, K. S., & Pimentel, A. (2017). Intervenções psicossociais aplicadas a situações de conflito conjugal. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 23(2), 200-210. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000200008

Wareham, J., Boots, D. P., & Chavez, J. M. (2009). A test of social learning and intergenerational transmission among batterers. *Journal of Criminal Justice*, 37(2), 163-173. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2009.02.011>

Witting, A. B., & Busby, D. (2018). The Long Arm of Trauma During Childhood: Associations with Resources in Couple Relationships. *Journal of Marital and Family Therapy*, 45(3), 534-549. <https://doi.org/10.1111/jmft.12354>

Zancan, N., & Habigzang, L. F. (2018). Regulação emocional, sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal. *Psico-USF*, 23(2), 253-265. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230206>

Láís Cembrani Mosena

Psicóloga graduada pela FSG Centro Universitário em Caxias do Sul, RS, Brasil. Especialização em andamento em Neuropsicologia pela Capacitar Centro Educacional em Novo Hamburgo, RS, Brasil.

Tatiele Jacques Bossi

Doutora, com pós-doutorado, e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Professora do Curso de Psicologia da Faculdade do CEFI (FACEFI), em Porto Alegre, RS, Brasil.

Endereço para correspondência

Tatiele Jacques Bossi

Rua Carlos Trein Filho, 35, térreo

CEP: 90450-120

Porto Alegre, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação das autoras antes da publicação.